

Entre a repressão, a prevenção e a “assistência”: uma análise de um curso de capacitação de policiais atuantes nas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro

Fabiano Dias Monteiro

Doutor em Antropologia Cultural (PPGSA/UFRJ). É Mestre em Sociologia pelo (PPGSA/UFRJ) e Bacharel em Ciências Sociais (ICHF/UFF). Foi Bolsista PDR da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro entre os anos de 2011-2014 e atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Políticas Públicas do IEAR da Universidade Federal Fluminense.

Jonas Pereira Araujo

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PPGCIS/PUC-Rio, tendo desenvolvido uma pesquisa sobre “Controle externo, participação e accountability na Ouvidoria das UPPs”. Desde março de 2018 é aluno de doutorado no PPGCIS/PUC-Rio.

Data de recebimento: 15/01/2017

Data de aprovação: 28/09/2018

DOI: 10.31060/rbsp.2018.v12.n1.898

Resumo

O presente artigo busca realizar uma reflexão acerca da experiência do Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para policiais atuantes em UPPs – iniciativa de capacitação policial desenvolvida pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e a ONG Viva Rio. O curso buscava ampliar o nível de conhecimento dos militares acerca da rede de proteção social e promover a aproximação entre policiais e operadores locais dos programas de atenção social. Na condição de integrantes da equipe técnica que participou da concepção e implementação do curso, buscamos neste artigo identificar os desafios que se apresentaram durante sua execução, e como material de apoio à nossa análise nos utilizamos de dois questionários (um circulado no início do curso e outro ao final) que tratavam de temas como: familiaridade dos policiais com a realidade das comunidades; nível de integração policiais-rede de proteção social; e percepções acerca do trabalho nas UPPs. O que podemos afirmar, a partir da análise empreendida, é que parece haver ainda um longo caminho a percorrer, no que diz respeito à integração das ações policiais às da rede proteção social.

Palavras -Chave

Rede de proteção social. Policiamento de proximidade. Formação policial. Direitos Humanos. Unidades de Polícia Pacificadora.

Abstract

Between repression, prevention and “assistance”: an analysis of a training course for police officers working in the Pacifying Police Units of Rio de Janeiro

The present article seeks the reflection on the experience of the Course of Citizenship and Access to the Social Protection Network for policemen working in UPPs - a police training initiative developed by the Rio de Janeiro Military Police and the NGO Viva Rio. The course aimed to increase the level of knowledge of the military about the social protection network and to promote the rapprochement between police and local operators of social care programs. As members of the technical team that participated in the conception and implementation of the course, we sought in this article to identify the challenges that arose during its execution, and as material to support our analysis we used two questionnaires (one used at the beginning of the course and another at the end) that treated themes such as: the familiarity of the police with the reality of the communities; level of integration of the police social protection network; and perceptions about work in UPPs. What we can affirm, from the undertaken analysis, is that there still seems to be a long way to go, with regard to the integration of police actions to those of the social protection network.

Keywords

Social protection network. Community policing. Police training. Human rights. Pacifying Police Units.

Entre a repressão, a prevenção e a “assistência”: uma análise de um curso de capacitação de policiais atuantes nas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro

Fabiano Dias Monteiro e Jonas Pereira Araujo

Artigos

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo realizar uma reflexão acerca da experiência do *Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para policiais atuantes em UPPs*, a saber, uma iniciativa de capacitação de policiais desenvolvida pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a ONG Viva Rio, tendo financiamento da Igreja da Noruega e do Programa de Fomento da Agência Australiana para Desenvolvimento Internacional (AUSAID).

O curso foi concebido e implementado entre os anos de 2013 e 2014, tendo como meta a capacitação de 200 policiais militares lotados nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) de 38 diferentes territórios da capital fluminense e da Região Metropolitana.

Sua formulação inicial buscava ampliar o nível de conhecimento dos militares acerca da rede de proteção social (serviços de assistência social,

programas de desenvolvimento comunitário, rede básica de saúde, etc.), bem como promover a aproximação entre policiais e os operadores locais dos programas de atenção social, tendo em vista a centralidade da estratégia do policiamento de proximidade no projeto das UPPs.

Na condição de integrantes da equipe técnica¹ que participou da concepção e implementação do curso, buscamos neste artigo realizar um exercício de transformação do “familiar em exótico” (DAMATTA, 2000), procurando identificar os desafios que se apresentaram durante sua execução. Entre eles: (a) os dilemas vividos no processo de formação, diante da indefinição do nível de discricionariedade dos policiais, no ambiente das UPPs; (b) a falta de comunicação entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro e os órgãos componentes da chamada “rede de proteção social”; (c) a pouca vivência dos policiais junto à realidade das comunidades onde estavam atuando; e (d) o elevado grau de desconhecimento dos policiais diante dos propósitos da experiência na

¹ Aproveitamos para agradecer aos demais membros da equipe que durante o processo de trabalho nos auxiliaram das mais diversas formas a compreender melhor o que víamos e o que fazíamos. Lembramos em especial de Sandro Costa Santos, Cel. Ubiratan de Oliveira Ângelo, Cel. Gilbert Rodrigues, Lidiane Malanquini Magacho, Paloma Henriques Maricato, Laís Martins Costa Araujo.

qual estavam inseridos.

A princípio, nosso interesse esteve voltado para uma reflexão crítica que pudesse produzir ajustes a versões futuras do curso, imaginando uma sobrevida do projeto das UPPs que não se confirmou. Apenas num segundo momento, a experiência ganhou objetivos e contornos acadêmicos.

Como material de pesquisa nos utilizamos da análise de dois questionários (um circulado no início do curso e outro ao final), cada qual com aproximadamente 30 questões, que tratavam de cinco eixos temáticos: I) perfil socioeconômico dos policiais; II) familiaridade dos policiais com a realidade das comunidades; III) nível de integração dos policiais com a rede de proteção social; IV) expectativas em relação à experiência em curso e avaliação das aulas; e V) percepções acerca do trabalho nas UPPs. O Curso contou com a participação de 218 policiais lotados em 38 unidades, além de policiais da Força Nacional de Segurança, lotados na favela do Santo Amaro. Foram analisados 178 questionários iniciais e 195 questionários finais.

Além dos questionários foram observadas as reuniões semanais promovidas junto aos monitores das aulas, bem como o acompanhamento in loco de algumas sessões. Foram também analisados os relatórios de visitas técnicas produzidos pelos alunos, a partir de uma “atividade de campo” que os mesmos desenvolviam junto a órgãos da rede de proteção social (Centros de Referência de Assistência Social; Centros de Defesa da Mulher; Unidades de Saúde e afins).

Desta forma, o artigo apresenta-se dividido da seguinte forma: (a) uma apreciação da

conjuntura política que viabilizou o projeto das UPPs; (b) uma análise crítica acerca dos modelos de formação policial e sua incompatibilidade com as estratégias de policiamento de proximidade; (c) os movimentos de aproximação entre a ONG Viva Rio e a Polícia Militar, no processo de implementação do curso; e, finalmente, (d) o perfil social e profissional dos participantes e os desafios encontrados no processo de integração com rede de proteção social.

O cenário da segurança pública no Rio de Janeiro e a implementação das UPPs I

No dia primeiro de janeiro de 2011, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, tomava posse para a execução de seu segundo mandato. Da tribuna do Plenário Barbosa Lima Sobrinho (Assembleia Legislativa) se confraternizou com familiares, deputados, senadores, membros do judiciário e das Forças Armadas. Lembrou dos avanços de sua gestão, empreendidos na economia, nas finanças e em outros serviços fundamentais.

Em meio à celebração, um momento de inflexão: Cabral recorda a trágica morte do jornalista Tim Lopes, executado por traficantes do Morro do Alemão, durante a realização de uma reportagem investigativa, em 2002.

O governador relembra dos dias de “terror” vividos na cidade do Rio de Janeiro, fazendo uma digressão sobre a situação da segurança pública no estado, na primeira década desse século.

A violência, assim, assume um lugar de contraponto no discurso do governador. Uma lacuna a ser preenchida, em meio a uma administração de inegáveis e significativos feitos, segundo ele. Se o controle do crime e da violência não podia, finalmente, ser tomado como realização,

seria tomado como desafio e o discurso ganha feições de campanha:

Este é um compromisso meu com o povo do Estado do Rio de Janeiro. Quero dizer a V.Exas. que temos muitos temas pela frente, temos muitos desafios pela frente, na área dos Transportes, da Agricultura, do Meio Ambiente, do Saneamento, da Infraestrutura, da Saúde, da Educação, do calendário fantástico que conquistamos de eventos e investimentos. Mas tudo isso perde peso e importância enquanto nós tivermos um bairro, uma comunidade dominada pelo poder paralelo. Por isso, reafirmo aqui, diante das senhoras e senhores, que em 2014 não haverá uma comunidade, um bairro do nosso Estado dominado pelo poder paralelo, seja miliciano, seja traficante (CABRAL, 2011) (*Grifos nossos*).

Provavelmente sem imaginar os rumos da administração pública do Rio de Janeiro (e da própria carreira política), Cabral, ao encerrar seu discurso de posse, lançou mão do que viria ser um de seus principais “trunfos” políticos: a ocupação permanente de favelas cariocas pela Polícia Militar, aludindo mais precisamente à sequência do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), iniciado em dezembro de 2008.

Em primeiro lugar, vale destacar as dificuldades na definição dos marcos institucionais das UPPs. Há relativo consenso de que estas nunca teriam se constituído, propriamente, numa “política pública”, na acepção de uma ação do Estado com etapas de planejamento, implementação, gestão e avaliação claramente definidas (MACHADO DA SILVA, 2010; LIPSKY, 1969).

A primeira UPP foi instalada no Morro Santa Marta (zona sul), em dezembro de 2008, sendo seguida pelas unidades do Jardim Batan e da

Cidade de Deus (ambas na zona oeste).

É plausível supor que a iniciativa possa ter raízes nas ações de segurança do próprio estado do Rio de Janeiro. Há de se lembrar que, no início da década de 2000 (no governo de Anthony Garotinho), foram implementados os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), que pouco diferiam das UPPs, no que diz respeito à estrutura e funcionamento.

Os GPAEs também se constituíam em um programa de policiamento comunitário em favelas, marcado pela ocupação permanente e que preconizava a metodologia de resolução de problemas (*problem solving*), orientada para a prevenção do crime e para a repressão de traficantes armados.

Segundo Monteiro, Araujo e Santos (2015), há, entre gestores e pesquisadores do tema, a memória de que o programa GPAE tenha se inspirado, no limite, na experiência do *cease fire* de Boston (EUA), na década de 1990, cujas diretrizes eram:

Originally developed by the Boston (Mass.) Police Department's Youth Violence Strike Force, Operation Ceasefire is a problem-solving police strategy that seeks to reduce gang violence, illegal gun possession, and gun violence in communities (NIJ, 2011).

Lembremos ainda que a associação entre as UPPs e os GPAEs, tende a nos remeter aos “primórdios” do policiamento comunitário no Rio de Janeiro, ainda nos anos 1980/90, e mais, especificamente, à passagem do Cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira pelo Comando Geral da Polícia Militar (PMERJ).

Considerado por muitos como “homem de vanguarda”, o Cel. Cerqueira esteve empenhado em incorporar as temáticas de Direitos Humanos e prevenção à violência à formação policial, incentivando a tradução de trabalhos de referência nessas áreas, promovendo intercâmbios, atualizando os manuais de procedimento da corporação e introduzindo o policiamento comunitário como uma estratégia privilegiada no controle da violência (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2007; RIBEIRO, 2014).

Há também os que identificam o programa das UPPs com as experiências de redução da violência, realizadas na Colômbia. Em 2007, o governador Sérgio Cabral e o então Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, integraram uma comitiva – formada por gestores e políticos de outros estados – que visitou as cidades de Bogotá e Medellín. Tal como anunciado pela imprensa à época, a visita teria como motivação a busca por “soluções” para o cenário fluminense².

Por outro lado, há de se observar que o surgimento das UPPs foi também associado a motivações “não tão nobres”, sendo interpretado como uma ação pontual, dando suporte à realização dos eventos internacionais que aportariam na cidade, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos Rio-2016, ou ainda, como uma manobra de valorização imobiliária de áreas estratégicas então degradadas, como a Zona Portuária e setores da Zona Sul (área nobre da cidade) próximos a favelas.

Mesmo sem desvendarmos o “mito de origem” (se é que há um, ou, “somente um”, deles) das UPPs, trataremos a experiência como uma alternativa à estratégia de “Guerra ao Tráfico”, que marcara os primeiros anos do Governo Cabral e as gestões que o antecederam (MACHADO DA SILVA, 2010).

A despeito de não possuir diretrizes objetivas para sua implementação – o programa só foi sistematizado em 2014, segundo o Boletim Interno da PMERJ 139/14 – é possível identificar um padrão nas ocupações feitas pela polícia.

Conforme destacado por André Rodrigues e Raíza Siqueira (2012), o passo inicial da instalação das UPPs foi sempre uma intervenção tática, apoiada pela atuação do Batalhão de Choque e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), através do emprego de grande contingente humano e amplos recursos operacionais (veículos blindados, armamento pesado, canil, etc.), inibindo, assim, eventuais reações por parte dos criminosos.

A segunda etapa, definida como “estabilização”, seria marcada pela restrição dos acessos às comunidades – sendo comuns as abordagens a veículos e pedestres. “Ocorrem, nessa fase, rondas e intervenções que visam à garantia do controle territorial, além das prisões de criminosos remanescentes que [tivessem] manda[d]os expedidos” (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012, p. 11).

Por fim, na última etapa, há a instalação física da unidade. Dá-se, nesse momento, também, a chegada dos “policiais novos”, que viriam a ser jo-

² Ver: <<http://www.correiodobrasil.com.br/cabral-vai-a-colombia-em-busca-de-solucoes-para-a-seguranca/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

vens soldados, com pouco tempo de carreira (ou recém-formados), que integrariam uma cadeia de comando que pode ser resumida (grosseiramente) da seguinte forma: policiais “novos” envolvidos no policiamento comunitário/ostensivo e nas ações táticas se reportam a um supervisor (geralmente um sargento), que se reporta ao Comandante da Unidade (geralmente um Capitão [ou Major]), que se reporta à Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), que se reporta diretamente ao Comando Geral da PMERJ.

Uma justificativa amplamente propalada para a utilização dos “policiais novos” era a expectativa de que esses fossem menos afetados pelos “vícios” da profissão. Os chamados “vícios” podem ser entendidos como eufemismo de “susceptibilidade à corrupção”.

Para além da plausibilidade (ou não) desse argumento, a verdade é que a instalação das UPPs, provocou um aumento significativo das contratações de policiais no Rio de Janeiro, o que se comprova pelo número de concursos públicos admissionais realizados entre os anos de 2009 e 2013³.

O interesse central desse artigo recai, exatamente, sobre esses “policiais novos”, em particular sobre aspectos da sua formação e no seu potencial de atuação junto a outros operadores do poder público nas ações de prevenção da violência.

UPPs e Formação Policial: “policiais novos”, “velhos paradigmas” ...

Se por um lado havia o reconhecimento de que a utilização de quadros recém-formados era um acerto, por outro lado, tornavam-se evidentes os imbrólios ocasionados. Um deles é que o programa se estruturara sem planejamento prévio, a despeito do desenvolvimento das competências que seriam empregadas ou preconizadas no contexto deste modelo de policiamento.

Na verdade, os ditos “policiais novos”, que integrariam os quadros das UPPs, recebiam uma formação praticamente idêntica aos policiais formados para atuarem no regime regular, lotados nos Batalhões e nas suas respectivas Companhias Operacionais⁴.

Neste sentido, com a experiência das UPPs voltava à baila a discussão – que assume o status de “problemática obrigatória” no campo dos estudos de segurança pública – (BOURDIEU, 2015) sobre o impacto da formação sobre a atuação policial.

Sem entrarmos na discussão acerca dos parâmetros de definição do que, no limite, poderia se chamar de “cultura profissional policial” (O’NEIL; SINGH, 2007), vale sublinhar que a formação do policial brasileiro tem sido vista por autores como Roberto Kant de Lima (2003), Paula Poncioni (2004) e Ana Paula Miranda (2008) como um aspecto central na relação desenvolvida entre as instâncias de preservação da ordem e da defesa (ou não) da democracia.

3 Ver mais em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2012-04-27/falta-de-recrutamento-gera-boom-de-cursinhos-preparatorios-para-a-pm.html>>. Acesso em: 13 out. 2018.

4 Companhias Operacionais são destacamentos dos Batalhões que visam aumentar a capilaridade e agilidade do patrulhamento ostensivo. Possuindo sede, efetivo e veículos próprios, o número de Cias por Batalhão pode variar de acordo com a região.

Mesmo após o processo de redemocratização, culminado com a Constituição de 1988, percebe-se que a formação policial no Brasil segue marcada pela valorização do discurso autoritário e por um caráter fortemente hierarquizado, o que se processa em um “arranjo burocrático-militar” cujo foco é o enfrentamento do crime e do criminoso que, nesse contexto, termina por ser produzido, metonimicamente, como inimigo. Não restam dúvidas de que tais características não se harmonizam com o modelo de policiamento comunitário (MONTEIRO, 2016; GHIRINGHELLI, 2016).

Tal como destaca Luiz Antônio Machado da Silva (2010), ganhando grande espaço na mídia e insuflando esperança no enfrentamento da chamada “crise de segurança pública”, as UPPs se apresentaram como oportunidade para um novo pacto entre polícia e comunidade, sugerindo uma relação que só poderia ser sustentada pela lógica do respeito e da confiança.

Assim, no decorrer dos primeiros anos do projeto, tornaram-se rotineiras, nas páginas dos jornais cariocas, as iniciativas “simpáticas”, promovidas pela Secretaria de Segurança, através dos Comandos das UPPs, direcionadas aos moradores de favelas. Bailes de debutantes⁵, distribuição de presentes natalinos⁶ e visitas com crianças a estádios de futebol⁷ seriam apenas alguns exemplos

das tentativas de aproximação da polícia com os moradores, na expectativa do estabelecimento de uma atmosfera segura para a concretização do projeto.

Mesmo diante de tais esforços é evidente que o governo do estado tinha diante de si um desafio de grande monta: ajustar a formação dos “policiais novos” às exigências das novas formas de integração entre polícia e comunidade.

As iniciativas “simpáticas” e o apoio da mídia, certamente, eram condições necessárias, mas não suficientes, para que um sentimento de confiança fosse prontamente construído. Se os policiais envolvidos no programa das UPPs eram “novos”, as práticas, saberes e valores reproduzidos durante a sua formação no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (CFAP) não necessariamente eram.

A reformulação da estrutura de formação policial no novo contexto também não se apresentava como uma tarefa das mais simples. Mesmo ações pontuais, como a revisão da grade curricular ou alteração de conteúdos, seriam, possivelmente, atropeladas pelo ritmo da ampliação do programa, haja vista que, entre 2009 e 2014, foram instaladas 38 UPPs no Rio de Janeiro, incluindo 02 destacamentos avançados na Baixada Fluminense.

5 Ver: MENDES, Wilson. “UPP providencia baile de debutantes.” *Jornal “Extra”*. Site. 03 dez. 2012. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/upp-providencia-baile-de-debutantes-6907069.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

6 Ver: O DIA. “Comandante da UPP distribui presentes para crianças na Vila Cruzeiro.” Site. 24 dez. 2014. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-24/comandante-da-upp-distribui-presentes-para-criancas-na-vila-cruzeiro.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

7 RIO DE JANEIRO (Estado). Alunos de projetos da UPP Camarista Méier participam do Tour Maracanã. UPP. Site. 2014. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/alunos-de-projetos-da-upp-camarista-meier-participam-do-tour-maracanae/camarista%20meier>>. Acesso em: 01 out. 2018.

Soma-se a isso o fato de que alterações dessa natureza deveriam adequar-se às diretrizes da Matriz Curricular instituída pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 2003, condição que suscitaria reunião de recursos materiais e humanos que, dificilmente, seriam prontamente disponibilizados, tendo em vista as limitações orçamentárias com as quais o programa conviveu, apesar da dimensão alcançada.

Há de se observar também, como bem aponta Miranda (2008), que a formação dos policiais fluminenses, realizada no CFAP guardava, em si, uma espécie de “vício de origem”, tendo de conjugar dois princípios contraditórios: a obediência às regras e o respeito à disciplina, numa face, e a autonomia para identificar problemas e a iniciativa de propor soluções, noutra.

Esses dois princípios revelaram-se mais evidentes com o advento das UPPs. Instaladas em áreas historicamente desassistidas pelas políticas públicas, não tardou para que o efetivo policial estivesse envolvido em ações que extrapolavam a manutenção da ordem.

Como bem observa Cesar Pinheiro Teixeira (2015), em diversas oportunidades, era necessário que comandantes e tropa tivessem que “inovar”, participando de projetos sociais (projetos esportivos e culturais, principalmente), sobretudo aqueles envolvendo crianças.

É plausível supor que décadas de relação com tráfico e os abusos, recorrentes, cometidos pelas polícias em relação aos moradores de favela contribuísem para a recalcitrância de uma atmosfera de medo e suspeição. Entretanto, as necessidades do dia a dia, por sua vez, haviam

de impor algum nível de aproximação. Eis o desafio: construir junto aos novos quadros algum tipo de sensibilidade e proficiência que pudesse contribuir para essa integração.

Cabe lembrar, também, que em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, publicada em 2015, registra-se uma progressiva percepção negativa dos policiais a respeito do seu preparo para atuar em UPPs. Em 2010, 36,9% acreditavam estar despreparados para esse tipo de atuação. Em 2014, o número atingia 51,7 pontos percentuais. (MUSUMECI et. al, 2015).

O Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para UPPs: antecedentes

As expectativas construídas em torno do tema “pacificação” impeliram os meios acadêmicos e diversos setores da administração pública a marcarem posição sobre as UPPs. Não seria um exagero afirmar que o mesmo aconteceu com muitas das ONGs do Rio de Janeiro, que militam na área de segurança pública e defesa dos direitos humanos.

Talvez, o primeiro consenso produzido a respeito das UPPs tenha consistido na ideia de que somente a presença da polícia e o arrefecimento das ações do tráfico armado não seriam fatores capazes de sustentar o desenvolvimento socioeconômico dos territórios antes conflagrados e, tampouco, de garantir a inclusão social dos seus moradores. Mais uma vez, estavam postas condições necessárias, mas insuficientes.

Quase que como *mantra*, as autoridades, a mídia e estudiosos pareciam repetir o óbvio: havia a necessidade de implementação imediata de programas específicos por parte do poder público (envolvendo preferencialmente a iniciativa

privada e o terceiro setor) de modo a reverter décadas de descaso.

É bem verdade que no ano de 2010, houve um esforço do governo do estado, através da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, em concentrar os esforços dessa natureza, através do projeto da “UPP Social”, que, muito *en passant*, poderia ser definido como um programa de ações transversais destinadas a fazer convergir as iniciativas em segurança e outras políticas de desenvolvimento local, tendo como centro de gravidade a participação popular.

Por questões de rearranjos políticos que marcaram a corrida eleitoral daquele ano, o projeto terminou saindo do âmbito do governo do estado para ser desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos, na esfera municipal, onde perdeu visibilidade.

Nesse contexto, outras instituições procuraram desenvolver uma relação mais “orgânica” com a polícia militar ao longo desse processo, sendo observado o *bypass* da “UPP social”.

Foi o caso da ONG Viva Rio, que com o apoio da *Australian Agency for International Development* (AUSAID), e em parceria com Coordenadoria de Polícia Pacificadora estruturou o *Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para Policiais Atuantes em UPPs*.

Este curso pode ser compreendido como resultado final de uma série de esforços empreendidos por esta organização junto à PMERJ, no que diz respeito à formação policial.

Tendo uma militância de mais de vinte anos na área de segurança pública e defesa dos direitos

humanos, a ONG Viva Rio nasce de um projeto maior, conhecido como Movimento Viva Rio, constituído ainda na década de 1990, em um momento de agudização da violência urbana no Rio de Janeiro, traduzido em dois episódios dramáticos: as chacinas da Candelária e de Vigário Geral.

Desde então, a organização procurou desenvolver um trabalho de apoio aos setores da PMERJ mais comprometidos com a valorização dos direitos dos cidadãos, e orientados por uma concepção de policiamento que se projetasse para além das práticas, eminentemente, repressivas.

No campo da formação policial, pode-se mencionar o *Curso de Aperfeiçoamento da Prática Policial Cidadã – CAAPC*, a saber, uma experiência inovadora, concebida por um Coronel de polícia com formação em psicologia e desenvolvida pelos pesquisadores da ONG Viva Rio, no ano de 2002.

O curso procurava trabalhar situações concretas do dia a dia policial, revisitadas em sala de aula a partir da reflexão sobre as consequências de ações tecnicamente inadequadas ou dissonantes aos direitos individuais, tendo como eixos temáticos principais os referenciais do policiamento comunitário: ética policial; direitos de grupos vulneráveis, mediação de conflitos e uso adequado da força.

Um dos méritos desse curso – concebido para a capacitação de praças atuantes no patrulhamento ostensivo, principalmente – era o de romper com a estrutura hierarquizada e normativa (PONCIONI, 2004) que marca a formação militar, sugerindo uma experiência mais “horizontalizada”, tendo em vista que os instrutores

eram todos sargentos, capacitados previamente por uma equipe de pesquisadores e educadores.

Em 2009, através de convênio firmado entre a ONG Viva Rio (através de seu braço jurídico para convênios governamentais, a OSCIP Viva Comunidade) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o projeto recebeu recursos federais, ampliando, assim, seu quadro de instrutores e instruídos, passando a ser direcionado também aos recrutas em formação. Já em 2011, com o fim do convênio com o governo federal, o curso foi incorporado ao quadro de instruções regulares da formação de recrutas no CFAP pela Diretoria-Geral de Ensino (DGEI) da PMERJ.

Nesse mesmo ano, a ONG Viva Rio dá início a um curso experimental, intitulado *Curso de Saúde Preventiva e Assistência à População em Áreas Pacificadas*, cujo objetivo era aprofundar a discussão, junto aos policiais atuantes em UPPs, sobre questões relativas à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Com duração de 24 horas semanais/turma, o curso envolveu cerca de 600 policiais recém-formados. A experiência preconizava discussões nas seguintes áreas temáticas: (1) saúde física e emocional dos policiais; (2) drogas e redução de danos; e (3) primeiros socorros. Além das disciplinas relacionadas à condição profissional policial, existiam também aquelas orientadas à integração desses com os moradores, sob a ótica da prevenção à violência, como: (4) relações de gênero e violência doméstica; (5) gestão do espaço urbano; e (6) juventude(s) e sexualidade(s).

Ainda que os idealizadores da experiência a observassem como um “primeiro passo”, num

longo processo de aproximação entre policiais e moradores de áreas pacificadas, o que se observava em sala de aula era a recalcitrância de velhos discursos: focalização/idealização do confronto; reprodução de estigmas referentes aos usuários de drogas; banalização da violência cometida contra moradores e, principalmente, a percepção de que “o saber da sala de aula” vale menos do “que o saber das ruas”, reafirmando a lógica de que a profissão policial é algo que se aprende na prática (KANT DE LIMA, 2004).

O Curso de Cidadania e acesso à Rede de Proteção Social para policiais atuantes em UPPs: estruturação e metodologia

O curso ora descrito foi concebido a partir de uma configuração muito específica. Por um lado, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) procurava legitimar o trabalho nas UPPs como um segmento especializado do trabalho policial no Rio de Janeiro, dando vazão ao projeto político da Secretaria de Segurança.

Logo, nada mais racional que esse “trabalho especializado” fosse embasado por uma formação que tivesse especificidades em relação à formação geral.

Até o momento (estamos falando do segundo semestre de 2012), o único programa de qualificação regular específico fornecido aos policiais das UPPs era o *Curso de Mediação de Conflitos nas UPPs*, estruturado a partir de uma parceria entre a PMERJ e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (MUSUMECI, 2014).

Quando a ONG Viva Rio sinaliza ao CPP a possibilidade de prolongar o processo de qualificação dos policiais, diante dos recursos disponibilizados pela AUSAID, têm início os diálogos para a definição do formato do que viria a ser o

Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para policiais atuantes em UPPs.

Uma das solicitações feitas pelo chefe da CPP, na ocasião, foi que o curso tivesse alguma “dimensão prática”. Essa posição convergia com o interesse dos pesquisadores do Viva Rio, pois, em tese, dirimia o problema da suposta cisão entre “retórica acadêmica” e “conhecimento prático”.

Dessa forma, foi delineado um projeto onde os policiais tivessem, além das atividades de sala de aula, alguma vivência junto a outros atores institucionais diretamente envolvidos em processos de mitigação de conflitos e prevenção da violência. Referimo-nos, principalmente, aos chamados “operadores da ponta” dos serviços de assistência à população, como orientadores educacionais, operadores da rede de assistência social, conselheiros tutelares, entre outros.

As atividades em sala de aula teriam uma carga horária de 80 horas, divididas entre seguintes eixos temáticos: (1) Direitos Humanos; (2) Grupos Vulneráveis; (3) Policiamento de Proximidade; (4) Mediação de Conflitos; (5) Relações Interpessoais e Desenvolvimento Social; e (6) História e Gestão do Espaço Urbano.

O material didático utilizado foi um *Manual de Instrução*, elaborado pelos próprios professores do curso. O corpo docente era composto por pesquisadores de áreas como Ciências Sociais, Serviço Social, Direito, Psicologia e História, havendo também a participação de oficiais da PMERJ, alguns deles com formação nessas mesmas áreas.

No primeiro semestre de 2013, foi estrutu-

rada uma “turma-piloto”, sendo as aulas ministradas em um Centro Comunitário, no Morro da Fé/Sereno, no bairro da Penha. A iniciativa tinha a finalidade de verificar a receptividade dos alunos aos eixos temáticos e a dinâmica da interação entre os policiais e os operadores da rede de proteção social. Nesta etapa foram capacitados 70 policiais das mais de 30 unidades instaladas até o momento.

No semestre seguinte, finalmente, foram iniciadas as atividades do *Curso de Cidadania...* na sede da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), situada próximo ao Morro do Alemão. Contando com a participação total de 218 alunos, provenientes das unidades e também por policiais da Força Nacional de Segurança (que atuavam com uma espécie de “UPP provisória”, instalada no Morro Santo Amaro, na zona sul), o curso seguiu o delineamento inicial, tendo duas fases: uma em sala de aula (80 horas) e outra destinada à vivência com os operadores da rede de proteção social (80 horas).

Nessa última fase, seriam privilegiados os serviços mais próximos às estratégias de prevenção da violência, como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Centros de Referência da Mulher (que atende mulheres e crianças vítimas de violência doméstica) e os Centro de Atendimento Psicossocial para usuários de Álcool e Drogas (CAPsAD). A metodologia previa a realização de visitas técnicas, onde grupos de policiais travariam um contato com os operadores da rede no seu ambiente de trabalho, familiarizando-se, assim, com suas rotinas e tentando encontrar estratégias conjuntas de ação.

Tanto as aulas como as visitas eram acompa-

Entre a repressão, a prevenção e a “assistência”: uma análise de um curso de capacitação de policiais atuantes nas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro

Fabiano Dias Monteiro e Jonas Pereira Araujo

nhadas por monitores (também pesquisadores da área de humanas) que cuidavam das rotinas administrativas e logísticas e que orientavam os alunos na produção dos seus relatórios finais de atividade, servindo também como mediadores nas discussões sobre as futuras estratégias de atendimento.

Por fim, cabe mencionar que os alunos respondiam a dois questionários: um no início e outro no final do curso. Esses “surveys” tinham como finalidade traçar o perfil social dos policiais, sondar seu grau de familiaridade com as comunidades e medir o impacto das aulas sobre seu conhecimento acerca da rede de proteção social.

Já nos primeiros contatos de sala de aula ficou claro que havia um clima de “desconfiança” por parte dos alunos em relação ao curso, à sua participação nele e ao projeto das UPPs, como um todo.

Quando provocados a falar sobre o arrefecimento dos confrontos entre a polícia e os traficantes, um dos alunos da turma-piloto sugeriu que depois das Olimpíadas “tudo voltaria ao normal”, descreditando claramente a longevidade do projeto das UPPs. Outro aluno questionou o interesse do investimento da *AUSAID* em um curso de formação de policiais no Brasil, existindo também aqueles que tomavam o curso como uma espécie de punição.

Como já havia ocorrido em outros projetos de formação policial desenvolvidos pela parceria Viva Rio/PMERJ, ficava patente um alto grau de desinformação dos participantes sobre a natureza da atividade em que estavam inseridos, bem como os propósitos de sua participação.

Essa desinformação, é claro, favorecia o surgimento de resistências, esvaziando, em certa medida, a experiência de sentido e aumentando o desgaste entre professores e instruídos em sala de aula.

A Coordenadoria de Polícia Pacificadora, diante desse cenário, procurou envolver mais intimamente os Comandantes das Unidades, de modo que os policiais chegassem um tanto mais “orientados” sobre os propósitos do curso e sua importância no âmbito geral do projeto. Todavia, talvez seja um exagero afirmar que a iniciativa tenha surtido pleno efeito.

Há de se frisar também que, ainda que tenham sido inegáveis os esforços dos policiais da CPP no intuito de vencer os “imponderáveis cotidianos”, as dificuldades de ordem logística (falta de espaço adequado para as aulas – sendo algumas ministradas no refeitório do CPP, problemas com equipamentos, etc.) foram também recorrentes, o que pode ter reforçado a imagem da experiência como uma iniciativa *pró-forma*.

Perfil dos participantes e sua familiaridade com a rede de proteção social

A partir da análise do material citado na introdução, sobre o perfil dos alunos podemos afirmar que o curso foi composto por um público de policiais recém-formados ou em início de carreira: apenas 9% dos alunos tinham mais de cinco anos na polícia militar.

Tratava-se também de um público com alto grau de escolaridade. Sessenta por cento dos alunos havia ingressado no ensino superior, sendo que 29% dos alunos já havia concluído a graduação.

No que diz respeito à familiaridade com o ambiente de trabalho, 30% dos alunos afirmaram que, até o ingresso na carreira, nunca haviam estado em uma favela; 35% afirmaram conhecer muito pouco as favelas e seus moradores e 14% informaram que conheciam muitos moradores de favelas, mas que tinham pouco conhecimento sobre o cotidiano dessas comunidades.

A respeito do conhecimento da rede de proteção social, 54,4% dos alunos respondeu que não sabiam quais eram as atribuições dos Centros de Referência de Assistência Social e 13,7% não conseguiram definir se realmente sabiam ou não (sic). O desconhecimento sobre os serviços ligados ao atendimento de usuários de drogas era ainda maior. Noventa e três por cento dos consultados não conhecia a sigla CAPsAD, referente ao Centro de Atendimento Psicossocial para Álcool e Drogas. O mesmo se deu em relação ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social: 90% dos alunos afirmou não conhecer o significado da sigla CREAS.

Uma dimensão altamente relevante na análise dos números citados é que os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) são órgãos municipais com grande poder de capilaridade, orientados, sobretudo, para o acompanhamento de famílias e de indivíduos em situação de vulnerabilidade. O CREAS, inclusive, opera uma rede especializada, dando suporte às situações que envolvem violação de direitos, incluindo as práticas de violência em suas diversas modalidades, sendo inclusive responsável pelo acompanhamento de crianças e adolescentes envolvidos em crimes de pequeno potencial ofensivo. Sendo as UPPs um projeto voltado para o policiamento de proximidade

e baseado na prevenção da violência, podemos dizer que, “no mínimo”, chama a atenção o nível de desconhecimento dos policiais sobre a existência e as missões institucionais desses serviços. O mesmo se aplica ao CAPsAD que, sendo um serviço da saúde voltado para o atendimento de usuários abusivos de álcool e drogas, teria, em tese, grande interface com operadores do sistema jurídico-policial, sobretudo em tempos de ampliação da discussão sobre a descriminalização do uso de entorpecentes e de sistemático enfrentamento da violência doméstica, largamente associada ao abuso de álcool e outras drogas.

Os dilemas da aproximação entre polícia e a rede de proteção social

Indiscutivelmente, o desconhecimento por parte dos policiais acerca do trabalho dos operadores da assistência se apresenta como um obstáculo na tentativa de construção de ações integradas entre essas instâncias do poder público e, neste sentido, iniciativas como a do *Curso de Cidadania...* seriam salutares.

Todavia, os limites da integração entre a polícia e a rede de proteção social talvez não se encerrem no plano da falta de informação e a primeira reunião entre pesquisadores do Viva Rio e os operadores da rede de proteção revelam dimensões interessantes sobre isso.

Esse encontro, realizado no Morro da Fé/Sereno, pouco antes do início das atividades de visita, tinha como objetivo “sensibilizar” alguns dos técnicos da rede de proteção social da região da Penha (onde foi realizado o curso-piloto) a respeito da importância da entrada dos policiais das UPPs no circuito de encaminhamentos de casos que extrapolassem o âmbito criminal, *stricto sensu*. Mais que isso, o objetivo das reuniões era a discussão sobre o processo de legitimação das

polícias como um integrante dessa rede.

As operadoras técnicas da rede de assistência, por sua vez, deixaram claras suas preocupações que, apesar de parecerem bastante pragmáticas, resumiam bem o melindre da ação em conjunto com a polícia no seu cotidiano. “Os policiais realizariam as visitas uniformizados”? “Seriam levados até os locais da visita em viaturas descaracterizadas”?

A preocupação era fundamentada pelo fato dos serviços de assistência englobarem moradores que por motivos diversos eram avessos ao contato com a polícia. Fosse por violências sofridas no passado, fosse por simples convicção ou mesmo pelo fato de estarem, eles próprios, envolvidos com alguma atividade ilícita ou terem parentes nessa condição. Ficou claro naquele encontro que a relação entre a rede de assistência local e a polícia era algo que precisaria ser manejado com muita cautela.

Os advogados, psicólogos e assistentes sociais que compõem o quadro de *street level bureaucracy* dos serviços de atenção social (LIPSKY, 1969), por força de seu trabalho, terminam sendo “guardiões” de muitas narrativas e acontecimentos que, definitivamente, aos olhos de seus atendidos, não deveriam jamais chegar aos ouvidos da polícia. Seu universo de atuação é um terreno onde a polícia, não raro, está ausente ou é evitada. Assim, a aproximação teria de ser feita de modo a não colocar os operadores da assistência sob suspeita, perante a comunidade.

No caso do *Curso de Cidadania...* as orientações foram seguidas criteriosamente. Os policiais realizaram as visitas técnicas à paisana e em horários de baixa frequência para interferir o mínimo

na rotina de trabalho. Há de se ressaltar também que as visitas, por questões logísticas, foram realizadas em unidades de atendimento situadas em regiões mais centrais, ou seja, fora do ambiente das comunidades.

Os cuidados e etiquetas sinalizados nesse encontro inicial levantam algumas questões: qual o grau de permeabilidade dos serviços de proteção social às polícias como um ator relevante de sua rede institucional? Qual a disponibilidade e interesse das polícias em construir legitimidade para atuação em uma arena que, historicamente, não é a sua?

Temos de reconhecer que há uma ampla discussão sobre o papel das políticas de âmbito comunitário na prevenção da violência (BEATO, 1999; BAYLEY; SKOLNICK, 2001; MESQUITA NETO, 2004). No caso brasileiro, esse processo aparece intimamente ligado à consolidação do sistema de seguridade social e à capilarização dos recursos de assistência – fortalecida pelo maior protagonismo dos municípios –, no contexto pós-Constituição de 1988. Contudo, há um longo caminho a trilhar, em termos de agenda de pesquisa, no que diz respeito a processos de integração entre polícias e atores da rede de proteção. Caberia aprofundar as nuances das experiências em curso, tendo como perspectiva, sobretudo, as estratégias de quebra das resistências, de ambos os lados. No momento, dado os limites de profundidade do presente artigo, contentamo-nos em tomar o tema como promissor, ao passo que se consolidem as políticas de segurança, efetivamente, comprometidas com a prevenção da violência e engajadas a ações que se projetem para além da diáde repressão/punição.

Forças e fraquezas de um encontro ou considerações finais

É preciso compreender que iniciativas como o *Curso de Cidadania...* são experiências que têm uma dimensão instrumental, mas também uma dimensão política.

Como sublinhamos, o projeto das UPPs foi uma experiência que se iniciou antes mesmo de ter seus marcos institucionais definidos. No ano em que completam dez anos da instalação da primeira unidade é difícil afirmar qual o futuro do projeto, bem como os avanços sociais com ele obtidos e, se eles existem, quais os parâmetros adequados de avaliação.

O que se pode afirmar com alguma segurança é que iniciativas heterogêneas terminaram por convergir, imprimindo às UPPs um caráter de “esperança última” ou de “alternativa eficiente” ao desgastado modelo de “Guerra ao Tráfico”, tão conhecido pelos moradores do Rio de Janeiro (MACHADO DA SILVA, 2010).

Assim, alinhar-se ao projeto das UPPs, num sentido muito específico, foi alinhar-se ao discurso de que o enfrentamento, estritamente bélico, do tráfico de drogas nas favelas fracassou e que formas outras de encarar o problema precisa(va)m ser encontradas, para além das intervenções táticas sazonais e desarticuladas, que vitimam, diariamente, moradores e policiais.

Entram em cena, então, os desafios impostos pelas práticas preventivas - que não são poucos. Consideremos, aqui, apenas dois aspectos mais ajustados aos argumentos em curso.

Em primeiro lugar, a “prevenção”, na cosmologia dos nossos policiais, constitui-se numa antítese de “repressão” (uma metáfora de efetividade e autoridade) e de “ação” (no sentido do

confronto armado) que são a base do *ethos* produzido nas academias de polícia (MACHADO; ALBUQUERQUE, 2001).

Em algumas ocasiões foi possível registrar relatos dos alunos afirmando que mesmo os moradores faziam uma distinção entre “o policial de UPP” e “o policial”, denotando que o trabalho de policiamento de proximidade fosse, por assim dizer, uma espécie de “serviço de apoio” (*serviço menor* não seria um termo exagerado, certamente) do policiamento exercido pelos batalhões (em particular o BOPE).

Se nas representações coletivas, as atribuições regulares do papel da polícia é a realização de prisões e o confronto armado, o policial que “auxilia e previne”, que “medeia e dialoga” não seria, assim, exatamente um policial!

O segundo aspecto a ser destacado é que as ações de prevenção da violência se viabilizam a partir de uma soma de esforços que passa, necessariamente, por ações intersetoriais do poder público e por algum nível de envolvimento da sociedade.

Seja no Brasil, seja em outros países (como o caso do *cease fire* de Boston) (BEATO, 1999), ações exitosas no campo da prevenção da violência registraram, recorrentemente, o envolvimento de projetos sociais e instâncias governamentais relacionados a alguns temas: gestão urbana, atenção à juventude, programas de atenção ao abuso de drogas, mediação de conflitos, inclusão social e ampliação de oportunidades, sistematização de informações sobre a incidência criminal em nível local, etc.

Não por acaso esses temas fizeram, em maior

ou menor grau, parte do quadro de disciplinas do *Curso de Cidadania...*, e também, talvez não por acaso, o contato com a rede de proteção social nos tenha surgido como saída para a demanda do Comando das UPPs, que buscava dar ao curso um caráter mais prático.

Como vimos, o grau de desconhecimento dos policiais atuantes nas UPPs sobre o papel institucional dos órgãos que compõem a rede de proteção era acentuado. Teoricamente as horas em sala de aula amenizaram essa deficiência e ao final do curso 87% dos alunos que responderam ao questionário final afirmavam conhecer as atribuições do CRAS, apenas 16,6% não sabiam ainda o que significava a sigla CAPsAD e só 36% ainda desconheciam o CREAS.

A despeito desse pequeno progresso os policiais demonstravam-se ainda muito céticos em relação à integração das suas rotinas às da rede de proteção social. Numa aula ministrada com a presença dos Comandantes e subcomandantes de unidade, um relato nos chamou atenção. Um policial descreveu uma situação onde atendera um chamado onde uma criança havia sido abandonada. Contou que ficou horas com ela dentro da viatura a procura do Conselheiro Tutelar do bairro para realizar o encaminhamento sem sucesso. A pergunta uníssona foi: “E esses órgãos funcionam?”

Em linhas gerais a percepção dos policiais sobre órgãos da rede de proteção, nessa oportunidade, remontava o imaginário que muitos brasileiros têm sobre órgãos governamentais em geral: os serviços funcionam poucas horas por dia, há poucos funcionários para muitos casos e as necessidades das pessoas que procuram esses serviços extrapolam, amplamente, os recursos

disponíveis.

Ainda que 60% dos alunos tenham reconhecido as abordagens do curso como “muito pertinentes” ao seu trabalho cotidiano, é difícil dimensionar o que essa experiência e experiências análogas signifiquem para eles. Essa é uma questão instigante para pesquisas futuras.

O que podemos afirmar, a partir da análise empreendida, é que parece haver ainda um longo caminho a percorrer, no que diz respeito à integração das ações policiais às da rede proteção social.

Os meses de convivência com os policiais, com os monitores e com os instrutores do curso levam a crer que o uso da autoridade e da força são ainda referenciais muito sedimentados nas representações dos alunos sobre sua própria profissão.

Conforme sinaliza Poncioni (2004; 2013), os esforços empreendidos nos últimos vinte anos pelo governo federal, sobretudo através da SENASP, com iniciativas como a criação da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), os programas de bolsa-formação – que incentivam qualificação técnica e profissional dos policiais, através de cursos presenciais ou *on-line* – e a criação da Matriz Curricular Nacional para o ensino policial, colidem com estruturas de formação policial marcadas pela não profissionalização do quadro de instrutores, pela presença de materiais didáticos obsoletos, pela ausência de ambientes e horários que favoreçam ao estudo e por uma concepção do trabalho da polícia como “combate ao crime”, “empregando-se frequentemente o uso intensivo de táticas e procedimentos de guerra” (PONCIONI, 2013, p. 53).

É claro que a experiência das UPPs terá sua história escrita por forças que vão muito além do tema formação/profissionalização dos policiais militares. O período pós-Jogos Olímpicos, marcado pela intensificação dos confrontos com traficantes, pela crise econômica que culmina na “falência” do estado do Rio de Janeiro e pela crise política que culmina na prisão do ex-Governador Sérgio Cabral, ratifica essa ideia.

Entretanto, retomando os ensinamentos de J. Skolnick e D. H. Bayley (2001), faz-se mister compreender que, num futuro próximo ou em tempos mais distantes, o sucesso das experiências

de prevenção à violência dependerá sempre do envolvimento da comunidade e dos atores institucionais não-policiais no planejamento e avaliação das políticas de segurança.

Para tanto é preciso que essas ideias sejam trabalhadas, discutidas e valorizadas na formação policial. Caso contrário, iniciativas como o *Curso de Cidadania e Acesso à Rede de Proteção Social para policiais atuantes em UPPs* se perpetuarão como ações necessárias, mas sempre insuficientes para a construção de um paradigma que não seja exclusivamente repressivo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Carlos de Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes (2001). “Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar”. *Sociologias*, ano 3, nº 5, jan/jun 2001: 214-237.

ALBERNAZ, Elizabete; CARUSO, Haydée, PATRÍCIO, Luciane (2007) “Tensões e Desafios de um Policiamento Comunitário em Favelas do Rio de Janeiro: o caso dos Grupamentos de Áreas Especiais”. *São Paulo em Perspectiva*, n.2, v.21.

BAYLEY, D.; SKOLNICK, J. *Nova Polícia: Inovações nas Polícias de seis cidades norte-americanas*. São Paulo. Edusp, 2001.

BEATO, Claudio (1999). Políticas públicas de segurança e a questão policial. *São Paulo em Perspectiva*. vol.13 no.4

BOURDIEU, Pierre (2015). *A Economia das trocas simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli. 8.ed, São Paulo, Perspectiva.

CABRAL, Sérgio. Versão na Integra do Discurso de Posse. O GLOBO, Rio de Janeiro, 04 nov. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/confira-integra-do-discurso-do-governador-sergio-cabral-na-cerimonia-de-posse-2844108>>. Acesso em: 01 out. 2018.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GHIRINGHELLI, Rodrigo (2016). Formação e modernização da atuação policial. in V. Garcia (Org.) *Convivência e Segurança Cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública*, Brasília: PNUD/Conviva.

KANT DE LIMA, Roberto (2003). “Direitos Cívicos, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 41. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, jan-mar, p. 241-256.

LIPSKY, Michael (1969). Toward of Street-level Bureaucracy. *Institute for Research of Poverty*, n.1, v.1: 48-69.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2010). **Afinal, qual é a das UPPs**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.

MESQUITA NETO, P. Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil. In: **Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública**. SENASP, 2004.

MIRANDA, Ana Paula M. (2008). Dilemas da Formação Policial, Treinamento, Profissionalização e Mediação. **Educação Profissional: Ciência e Tecnologia**, n.1, v.3: 67-76.

MONTEIRO, Fabiano Dias; ARAUJO, Jonas Pereira; SANTOS, Sandro Costa (2015). "Estratégias de Policiamento, Inclusão Social e Enfrentamento da violência: as experiências do Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Cidade do Panamá". **Relatórios Viva Rio**, n.1, v.1: 8-29. Disponível em: <<http://www.vivario.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/Cadernos-Viva-Rio-1-2015.pdf>>. Acesso em: 01 out. 18.

MONTEIRO, Fabiano Dias (2016). "Formação Policial, Polícia e Direitos Humanos" in V. Garcia (Org.) **Convivência e Segurança Cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública**, Brasília: PNUD/Conviva.

MUSUMECI, Bárbara. (2014). **Mediação de conflitos nas UPPs: sistematização de uma escuta**. Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br/textodownload/2-mediacao-de-conflitos-nas-upps-sistematizacao-de-uma-escuta/>>. Acesso em: 01 out. 18.

MUSUMECI, B; MUSUMECI, L.; RAMOS, S (2015). **UPPs: o que pensam os policiais?** Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2015/12/1449178471_magicfields_arquivo_1_1.pdf>. Acesso em: 13 out. 18.

NIJ. National Institute of Justice. Program Profile: Operation Ceasefire (Boston, Mass.). Site. 2011. Disponível em: <<https://www.crimesolutions.gov/ProgramDetails.aspx?ID=207>>. Acesso em: 01 out. 18.

O'NEIL, Megan; SINGH, Anne-Marie (2007). Introduction, **The Police Occupational Culture: New Debates and Directions**, M. O'Neill, M. Marks, and A. Singh (eds.), Emerald/Elsevier Press.

PONCIONI, Paula (2004). **Tornar-se policial: A Construção da Identidade Profissional do Policial no Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, mimeo.

PONCIONI, Paula (2013). Governança democrática da segurança pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1: 48-55.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro (2015). O 'policial social': Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR - pp. 77-96.

RIBEIRO, Ludmila (2014). O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, 211, XLIX (2º), p. 272-309.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza (2012). "As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro". **Comunicação do ISER**, n.67, v.31: 9-52.





ISSN 1981-1659